

Aprovo

PROCEDIMENTO N.º 10/CNPDPCJ/2024

Aquisição de serviços de impressão de dois mil exemplares do livro “100 anos da Declaração dos Direitos da Criança”.

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

CONVITE

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), convida-se essa empresa a apresentar proposta, no âmbito do presente procedimento por ajuste direto, nos termos e condições que se indicam:

Artigo 1.º

Objeto do Convite

O presente procedimento tem como objeto a **Aquisição de 2.000 exemplares do livro “100 anos da Declaração dos Direitos da Criança”**.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado através da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), sita na Praça de Londres, n.º 2, 2.º, 1049-056, Lisboa.

Artigo 3.º

Decisão de Contratar

1. A decisão de contratar foi tomada pela Vice-Presidente da CNPDPCJ, Dr.ª Maria João Fernandes, por despacho exarado na Informação n. I-SG/DCAP-DCOP/16531/2024, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Cláusula 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de outubro, conforme delegação de competências exarada no Despacho n.º 9037/2019, de 26 de setembro, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 194, de 09 de outubro de 2019.
2. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP, foram acautelados todos os pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

Artigo 4.º

Procedimento de Aquisição

O presente convite é efetuado nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Artigo 5.º

Consulta e fornecimento das peças do concurso

1. O convite e o caderno de encargos estão disponíveis, para consulta do interessado nos serviços da entidade adjudicante entre às 10h00 e as 12h00 e entre às 14h30 e às 16h30, desde o dia do seu envio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O convite e o caderno de encargos estão também disponíveis na plataforma eletrónica de contratação www.acingov.pt.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar proposta. Para ter acesso à plataforma da ACINGOV, o interessado deverá efetuar o respetivo registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>. Em caso de dificuldade o interessado deve contactar o Serviço de Apoio através do número 707 451 451.

Artigo 6.º

Comunicações/notificações

Todas as comunicações/solicitações, no âmbito do presente procedimento, devem ser enviadas pelo concorrente através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt>.

Artigo 7.º

Esclarecimentos e retificações das peças do concurso

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do convite e do caderno de encargos e respetivos anexos devem ser solicitados pela entidade convidada, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt>, na funcionalidade “Esclarecimentos”.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito, por correio eletrónico, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme artigo 116º do CCP.
3. Os esclarecimentos, supracitados, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

4. A entidade convidada pode ainda apresentar uma lista identificando, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões das peças do procedimento por si detetados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. Até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

Artigo 8.º

Caução

Não é exigível a prestação de caução uma vez que o preço contratual é inferior a 500.000,00€, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 9.º

Documentos que Constituem a Proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a. Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante no anexo I do CCP (alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b. Documento que contenha os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato mesmo que não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos:
 - i. Preço contratual, com a indicação dos preços unitários e da taxa de IVA em vigor;
 - ii. Prazo para o fornecimento dos livros;
 - iii. Documento(s) que identifique os serviços a prestar constantes das cláusulas técnicas do caderno de encargos;
 - iv. Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (certidão permanente, atas, procurações ou outros);
2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º

Prazo e Modo de apresentação da proposta

1. A entidade convidada apenas pode apresentar uma proposta.
2. A proposta, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentados exclusivamente de forma eletrónica na plataforma de contratação, acessível em www.acingov.pt até às 23h59 do 3.º dia, a contar do dia seguinte ao envio do presente convite.
3. O prazo fixado no ponto anterior é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
4. A proposta e todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, devem ser assinados eletronicamente, sob pena de exclusão, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
6. Todos os documentos e informações exigidos por lei e/ou indicados neste convite devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.
7. A entidade convidada deverá diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes do termo do prazo constante do n.º 2 da presente artigo.
8. Caso o envio completo da proposta não seja bem-sucedido, considera-se não ter existido qualquer apresentação de proposta.
9. Não será admitido, em caso algum, o concorrente cuja proposta dê entrada depois de terminado o prazo fixado na presente artigo.

Artigo 11.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de validade da proposta, nos termos do artigo 65.º do CCP, é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 13.º

Preço Base

O preço base do procedimento é de € **6.162,00** (seis mil, cento e sessenta e dois euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, no montante de 1.417,26€ (mil quatrocentos e dezassete euros e vinte e seis cêntimos), perfazendo o total de € **7.579,26** (sete mil, quinhentos e setenta e nove euros e vinte e seis cêntimos).

Artigo 14.º

Documentos de Habilitação

1. Caso seja adjudicado o objeto do presente procedimento ao convidado, deve este apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos e comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - e) Registo criminal de pessoa coletiva, nos termos do n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;
 - f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - g) Registo Central do Beneficiário Efetivo, ao abrigo do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017;

- h) Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, conforme Anexo A do convite;
 - i) Identificação do gestor do contrato.
2. Não se verificando a apresentação dos documentos de habilitação no prazo referido no número anterior, facto determinante da caducidade da adjudicação, fica desde já notificada a entidade convidada para se pronunciar, querendo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após o termo do prazo indicado no número 1, e para os efeitos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
3. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável à entidade adjudicatária, a entidade adjudicante concede à entidade adjudicatária um prazo de 5 dias úteis para suprimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 15.º

Contrato

O contrato não será reduzido a escrito, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

Artigo 16.º

Omissões

Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como as demais disposições legislativas e regulamentares aplicáveis de acordo com a natureza do objeto do contrato a celebrar.

ANEXO A - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A , aplicável por força do artigo 451.º, ambos do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações, conforme previsto no artigo 456.º do CCP.

Local, Data

Assinatura